

**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES****DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

1.1. Aquisição de peças/componentes/fluídos para manutenção de máquinas da frota municipal, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<b>Lote: 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
<b>Item</b>	<b>Código do produto/ Serviço e Código BR</b>	<b>Nome do produto/serviço</b>	<b>Qtde</b>	<b>UN</b>	<b>Preço máximo</b>	<b>Preço máximo total</b>
1	29832280 446573	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MOTONIVELADORA CAT, MODELO 120K	1500 00	UN	1,00	150.000,00
2	29832281	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR MOTONIVELADORA CAT, MODELO 120K	9120 0	UN	1,00	91.200,00
3	29832284	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 135H	1500 00	UN	1,00	150.000,00
4	29832285	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE MOTONIVELADORA CATERPILLAR 135H	1125 00	UN	1,00	112.500,00
5	29832286	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140H	1500 00	UN	1,00	150.000,00
6	29832287	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140H	1125 00	UN	1,00	112.500,00
7	29832289	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B	1500 00	UN	1,00	150.000,00
8	29832290	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B	1125 00	UN	1,00	112.500,00
9	29832291	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95	1125 00	UN	1,00	112.500,00
10	29832292	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95	7500 0	UN	1,00	75.000,00
11	29832293	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU MODELO PC160LC	1500 00	UN	1,00	150.000,00
12	29832295	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC-160-LC	1125 00	UN	1,00	112.500,00
13	29832296	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC200	2250 00	UN	1,00	225.000,00
14	29832297	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC200	1875 00	UN	1,00	187.500,00
15	29832298	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA-200	1500 00	UN	1,00	150.000,00
16	29832302	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA-200	1125 00	UN	1,00	112.500,00

**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES**

17	29832303	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51EX-22	1500 00	UN	1,00	150.000,00
18	29832304	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51EX-22	1125 00	UN	1,00	112.500,00
19	29832306	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA JCB3C	3000 00	UN	1,00	300.000,00
20	29832307	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE RETROESCAVADEIRA JCB 3C	2250 00	UN	1,00	225.000,00
21	29832308	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS210SC	1500 00	UN	1,00	150.000,00
22	29832309	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS210SC	1125 00	UN	1,00	112.500,00
23	29832310	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 200G JOHN DEERE	1500 00	UN	1,00	150.000,00
24	29832311	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 200G JOHN DEERE	1125 00	UN	1,00	112.500,00
25	29832313	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160GLC JOHN DEERE	1500 00	UN	1,00	150.000,00
26	29832314	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160GLC JOHN DEERE	1125 00	UN	1,00	112.500,00
27	29832315	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADO R CATERPILLAR CS56	1500 00	UN	1,00	150.000,00
28	29832317	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR CS 56	1125 00	UN	1,00	112.500,00
29	29832318	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADO R CATERPILLAR CS 54B	2250 00	UN	1,00	225.000,00
30	29832320	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR CS 54B	1875 00	UN	1,00	187.500,00
31	29832321	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C	1125 00	UN	1,00	112.500,00
32	29832323	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C	1125 00	UN	1,00	112.500,00
33	29832324	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA SPV68	1125 00	UN	1,00	112.500,00
34	29832326	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA SPV68	1125 00	UN	1,00	112.500,00
35	29832327	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA VALMET 785	7500 0	UN	1,00	75.000,00
36	29832329	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T7140	1125 00	UN	1,00	112.500,00
37	29832330	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T 7140	7500 0	UN	1,00	75.000,00
38	29832331	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA BOB CAT B760	1500 00	UN	1,00	150.000,00
39	29832332	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR LIU GONG CLG6612E	1500 00	UN	1,00	150.000,00

**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES**

40	29832333	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE RETROESCAVADEIRA BOB CAT B760	1125 00	UN	1,00	112.500,00
41	29832334	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR LIU GONG CLG6612E	1125 00	UN	1,00	112.500,00
42	29832335	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RADIADORES DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS/AGRÍCOLAS	1125 00	UN	1,00	112.500,00
43	29832336	MATERIAIS/ COMPONENTES/FLUÍDOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS MULTIMARCAS	1125 00	UN	1,00	375.000,00
<b>TOTAL</b>						<b>6.128.700,00</b>
<b>Lote: 2 - COTA RESERVADA</b>						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-44	29832280	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MOTONIVELADORA CAT, MODELO 120K	5000 0	UN	1,00	50.000,00
2-45	29832281	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR MOTONIVELADORA CAT, MODELO 120K	2880 0	UN	1,00	28.800,00
3-46	29832284	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 135H	5000 0	UN	1,00	50.000,00
4-47	29832285	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE MOTONIVELADORA CATERPILLAR 135H	3750 0	UN	1,00	37.500,00
5-48	29832286	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140H	5000 0	UN	1,00	50.000,00
6-49	29832287	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140H	3750 0	UN	1,00	37.500,00
7-50	29832289	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B	5000 0	UN	1,00	50.000,00
8-51	29832290	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B	3750 0	UN	1,00	37.500,00
9-52	29832291	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95	3750 0	UN	1,00	37.500,00
10-53	29832292	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95	2500 0	UN	1,00	25.000,00
11-54	29832293	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU MODELO PC160LC	5000 0	UN	1,00	50.000,00
12-55	29832295	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC-160-LC	3750 0	UN	1,00	37.500,00
13-56	29832296	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC200	7500 0	UN	1,00	75.000,00
14-57	29832297	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC200	6250 0	UN	1,00	62.500,00

**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES**

15-58	29832298	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA-200	5000 0	UN	1,00	50.000,00
16-59	29832302	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA-200	3750 0	UN	1,00	37.500,00
17-60	29832303	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51EX-22	5000 0	UN	1,00	50.000,00
18-61	29832304	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51EX-22	3750 0	UN	1,00	37.500,00
19-62	29832306	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA JCB3C	1000 00	UN	1,00	100.000,00
20-63	29832307	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE RETROESCAVADEIRA JCB 3C	7500 0	UN	1,00	75.000,00
21-64	29832308	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS210SC	5000 0	UN	1,00	50.000,00
22-65	29832309	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS210SC	3750 0	UN	1,00	37.500,00
23-66	29832310	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 200G JOHN DEERE	5000 0	UN	1,00	50.000,00
24-67	29832311	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 200G JOHN DEER	3750 0	UN	1,00	37.500,00
25-68	29832313	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160GLC JOHN DEERE	5000 0	UN	1,00	50.000,00
26-69	29832314	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160GLC JOHN DEERE	3750 0	UN	1,00	37.500,00
27-70	29832315	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADO R CATERPILLAR CS56	5000 0	UN	1,00	50.000,00
28-71	29832317	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR CS 56	3750 0	UN	1,00	37.500,00
29-72	29832318	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADO R CATERPILLAR CS 54B	7500 0	UN	1,00	75.000,00
30-73	29832320	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR CS 54B	6250 0	UN	1,00	62.500,00
31-74	29832321	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C	3750 0	UN	1,00	37.500,00
32-75	29832323	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C	3750 0	UN	1,00	37.500,00
33-76	29832324	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA SPV68	3750 0	UN	1,00	37.500,00
34-77	29832326	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR TEMA TERRA SPV68	3750 0	UN	1,00	37.500,00
35-78	29832327	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA VALMET 785	2500 0	UN	1,00	25.000,00
36-79	29832329	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T7140	3750 0	UN	1,00	37.500,00
37-80	29832330	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T 7140	2500 0	UN	1,00	25.000,00

**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES**

38-81	29832331	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA BOB CAT B760	50000	UN	1,00	50.000,00
39-82	29832332	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR LIU GONG CLG6612E	50000	UN	1,00	50.000,00
40-83	29832333	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE RETROESCAVADEIRA BOB CAT B760	37500	UN	1,00	37.500,00
41-84	29832334	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE ROLO COMPACTADOR LIU GONG CLG6612E	37500	UN	1,00	37.500,00
42-85	29832335	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE RADIADORES DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS/AGRÍCOLAS	37500	UN	1,00	37.500,00
43-86	29832336	MATERIAIS/ COMPONENTES/FLUÍDOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS MULTIMARCAS	125000	UN	1,00	125.000,00
<b>TOTAL</b>						<b>2.041.300,00</b>
<b>Lote: 3 - EXCLUSIVA ME   EPP</b>						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-87	29832328	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DE TRATOR AGRÍCOLA VALMET 785	80000	UN	1,00	80.000,00
<b>TOTAL</b>						<b>80.000,00</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, após a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024.
- II) Data de publicação no PNCP: 24/01/2024.
- III) Id do item no PCA: 988 a 1186.
- IV) Classe/Grupo: 4910.
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-47/2024.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Priorizar produtos que possuam certificações reconhecidas como o Selo Procel, ou outras certificações equivalentes, garantindo menor consumo de energia e redução de emissões de gases do efeito estufa;

4.1.2. Evitar produtos que contenham substâncias tóxicas ou nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, priorizando materiais com certificações de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) e outras substâncias nocivas;

4.1.3. Priorizar produtos com embalagens produzidas com materiais recicláveis ou de fácil reuso, minimizando a geração de resíduos sólidos e facilitando a reciclagem;

4.1.4. Incentivar a utilização de produtos com menor geração de resíduos ao longo do seu ciclo de vida, como produtos com embalagens reutilizáveis ou com peças modulares de fácil reparo;

4.1.5. Incentivar o fornecedor a adotar políticas de promoção da diversidade e inclusão no ambiente de trabalho, valorizando a igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores;

##### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do(a) solicitação, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Tiradentes, número 700, centro sul, do município de Dois Vizinhos.

##### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com



competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termodetalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

- O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante verificação dos valores definidos junto as montadoras.

7.18.1 Para atendimento do disposto acima será analisado os valores definidos nas tabelas das

montadoras havendo a possibilidade do município comprovar os preços da tabela da montadora pelos dados fornecidos pelo software Audatex ou outro software similar de mesma confiabilidade, uma vez que este critério não obrigará os licitantes a adquirirem o software e, concomitantemente, garantirá que os preços estarão submetidos às tabelas das montadoras.

### Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

- As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto POR ITEM.

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz .

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, contendo:

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **R\$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais)**.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Órgão: 09 Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

II) Unidade: 002 Departamento de Serviços Urbanos;

III) Projeto ou Atividade: 15.452.0016.2049 - Atividades da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

IV) Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

V) Fonte de Recurso: 04690 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres);

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 9 de maio de 2024.

Joel Roberto da Silva Oliveira  
Agente Administrativo